

# Contraterrorismo nos grandes eventos: percepção sobre terrorismo e legado tático sob a perspectiva de Oficiais do Exército Brasileiro

*Counterterrorism in major events: perception of terrorism and tactical legacy from the perspective of Brazilian Army Officers*

**Resumo:** Este artigo propõe a análise da evolução doutrinária do Exército Brasileiro ao longo da preparação para os “Grandes Eventos”. Reconhecidamente uma das maiores preocupações para a segurança dos eventos, o terrorismo se destacou como força motivadora para o incremento de táticas, técnicas e procedimentos no âmbito da Força Terrestre. Algumas capacidades operativas tiveram protagonismo no que tange ao contraterrorismo, dentre as quais se destacam a Defesa Antiaérea, Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear e o Emprego de Caçadores de Operações Especiais. A investigação contemplou questionários e entrevistas com especialistas, estabelecendo uma sequência de pesquisa nos domínios conceitual-teórico e prático, materializado pela análise de experiências. O grupo amostral contemplou oficiais intermediários, a fim de obter uma perspectiva dos operadores no nível tático. As opções metodológicas permitiram concluir acerca da importância dessa década de eventos para a evolução da doutrina militar terrestre, particularmente na capacidade de combate ao terrorismo.

**Palavras-chave:** Terrorismo. Contraterrorismo. Grandes Eventos. Tática. Doutrina.

**Abstract:** This article analyzes the doctrinal evolution of the Brazilian Army during the preparation of “Major Events”. Admittedly one of the major concerns for event security, terrorism has stood out as a motivating force for the enhancement of Brazilian Army tactics, techniques and procedures. Some operational forces have played a leading role in counterterrorism, among which are Anti-aircraft Defense, Chemical, Biological, Radiological and Nuclear Defense, and Special Operations Hunters. This study included questionnaires and interviews with experts, determining a research line focused on both conceptual-theoretical and practical domains, accomplished by analysis of experiences. The sampling included intermediate officers in order to obtain a tactical-level perspective from the operators. The methodological choices used allowed to conclude the importance of this decade of events for the evolution of terrestrial military doctrine, particularly in the ability to combat terrorism.

**Keywords:** Terrorism. Counterterrorism. Major Events. Tactics. Doctrine.

**Henrique de Oliveira Mendonça**

Centro de Instrução de Blindados (CI Bld)  
Santa Maria, RS, Brasil  
holiveiram@hotmail.com

**Recebido em: 22 out. 2018**

**Aprovado em: 06 maio. 2019**

**COLEÇÃO MEIRA MATTOS**

**ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833**

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons  
Attribution Licence

## 1 Introdução

Os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão de 2016 na cidade do Rio de Janeiro caracterizaram o fim de um ciclo de “Grandes Eventos” no Brasil, que incluíram, entre outros, os Jogos Panamericanos 2007, os Jogos Mundiais Militares 2011, a Jornada Mundial da Juventude 2013, Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014 (BRASIL, 2012).

O período em que esses eventos ocorreram coincidiu com a “Guerra ao Terror” e a escalada de gastos com o combate ao terrorismo mundial (INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE, 2017). Os Estados Unidos conseguiram impor sua agenda como um princípio universal (BUZAN, 2006, p. 1.103) e, apesar de o histórico recente da América do Sul apresentar um decréscimo significativo nos episódios de caráter terrorista (SUAREZ, 2012, p. 384-387), os Grandes Eventos impuseram uma necessária mudança de postura brasileira quanto ao tema.

Instrumentos legais, notadamente a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, estabeleceram diretrizes específicas às Forças Armadas e demais órgãos e agências, governamentais ou não, direcionando o planejamento setorial de alto nível e estabelecendo os objetivos e diretrizes para o preparo e emprego voltados à defesa da pátria e garantia dos poderes constitucionais (BRASIL, 2012c).

A Estratégia Nacional de Defesa, quando aborda o tópico estratégico “Segurança Nacional” afirma que:

Todas as instâncias do Estado deverão contribuir para o incremento do nível de Segurança Nacional, com particular ênfase sobre:

[...] a prevenção de atos terroristas e de atentados massivos aos Direitos Humanos, bem como a condução de operações contraterrorismo, a cargo do Ministério da Defesa e da Justiça e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (BRASIL, 2012b, p. 134).

A partir dessa demanda, e em consonância com a característica difusa e multifacetada do terrorismo, é imperativa a interação com o mundo acadêmico na tentativa de compreender melhor esse fenômeno. Na literatura nacional, os estudos sobre a temática do terrorismo ainda se encontram incipientes. Quanto às pesquisas em núcleos internacionais, as lentes de investigação são difusas, mas podem ser agrupadas sob quatro perspectivas principais: eficácia do terrorismo, estudo comparativo entre atores ou casos, processo de extinção de um grupo terrorista e o contraterrorismo (CRENSHAW, 2014, p. 557).

O primeiro passo ao lidar com esse fenômeno recai, invariavelmente, na sua definição. A busca incessante por criar rótulos ou conceitos pode estar relacionada com o medo de lidar com a subjetividade e, para alguns, o juízo de valor pode afetar seus interesses. Essa situação se agrava em um país cujo alto escalão político possui diversos ex-integrantes de movimentos sociais de resistência que se utilizaram de violência como tática política (LASMAR, 2015, p. 55).

Entretanto, essa discussão não é exclusividade brasileira. Em diversos países, por diferentes argumentos, há uma dificuldade de despolitizar uma possível conceituação. Em 2005, Braizat anali-

sou as idiosincrasias políticas existentes em alguns Estados do Oriente Médio e demonstrou – por meio da percepção, dentre várias situações, do que seria um ato terrorista - que o contexto político é determinante na definição.

Sobre o termo terrorismo, o que não se pode negar é que se trata de uma expressão da moda no sistema securitizado da Escola de Copenhague (AMARAL, 2007, p. 46) e que traz uma aversão moral por parte da sociedade. Assim, tem sido explorado para imposição de retóricas de interesses particulares e intervenções seletivas, principalmente pelos Estados Unidos, que utilizam o fenômeno como solução para um déficit de ameaça pós-Guerra Fria (BUZAN, 2006, p. 1103).

Apesar do entendimento de que os excessivos esforços pela conceituação tenham desviado o enfoque do combate ao terrorismo, a não consistência de definições oficiais tem ensejado uma gama de soluções polarizadas e politizadas. Embora ciente do viés subjetivo, natural de uma análise personalista, este autor teve de analisar previamente as principais vertentes acerca do assunto e propor uma definição que permitisse o enquadramento de situações e direcionasse o estudo.

Nesse sentido, e para fins de compreensão do presente estudo, este autor adotou a seguinte percepção: terrorismo é o emprego sistemático de ataques terroristas; e estes, são compreendidos como uma tática de guerra irregular caracterizada pelo emprego ou ameaça de violência sub-reptícia premeditada perpetrada contra o Estado e/ou a sociedade, representados por símbolos, princípios, pessoas e bens, excluindo-se alvos militares em confronto direto, com a finalidade coercitiva, intimidatória ou de autopromoção de interesses ideológicos.

Encerrando a análise conceitual, destaca-se que a definição supracitada desconsiderou a legitimidade ideológica do perpetrador, bem como a distinção entre terrorismo de Estado e o praticado por atores sem reconhecimento internacional, por entender que a violência é injustificável.

Adentrando ao aspecto principal deste ensaio, o contraterrorismo, observa-se na literatura poucos pesquisadores que o desvinculam do antiterrorismo. No âmbito desta investigação, adotou-se a segmentação proposta por Forest (2015) e Pinheiro (2011, p. 5) para a análise das ações de prevenção e combate ao terrorismo: antiterrorismo, suporte de inteligência, contraterrorismo e administração de consequências.

**Quadro 1 - Fases da prevenção e combate ao terrorismo**

| <b>Térmo</b>                   | <b>Definição</b>  |
|--------------------------------|---|
| Antiterrorismo                 | Medidas defensivas passivas tomadas para reduzir as vulnerabilidades a atos de terror                             |
| Suporte de Inteligência        | Produção e disseminação de dados relativos ao terrorismo, realizados para se contrapor a este, em todos os campos |
| Contraterrorismo               | Conjunto de medidas ofensivas tomadas para prevenir, deter e responder ao terrorismo                              |
| Administração de consequências | Preparação para a resposta às consequências de um eventual acontecimento terrorista                               |

Fonte: Forest (2015) e Pinheiro (2011, p. 5).

Esse entendimento vai ao encontro do que está explicitado no manual do EB que trata sobre Operações Especiais:

Enquanto o Antiterrorismo é fundamentado na ação de proteção caracterizada pela presença ostensiva, de caráter eminentemente preventivo, o Contraterrorismo requer a execução de ações diretas de contato, eminentemente repressivas/retaliatórias contra as organizações terroristas em presença (BRASIL, 2017, p. 5-24).

A partir dessas definições, observa-se uma inegável interação entre as fases que compõem um planejamento para prevenção e combate ao terrorismo. Essa inter-relação exige, dos coordenadores do processo, um plano multidisciplinar e integrado. No Brasil, notadamente durante os Jogos Olímpicos 2016, destacou-se a ação interagência, pela qual diversos agentes, com responsabilidades distintas no âmbito da segurança e defesa, atuaram em conjunto, dividindo tarefas ou áreas de responsabilidade, dependendo da sua especificidade.

Dentre os vetores militares, o Exército Brasileiro teve um inegável destaque no contraterrorismo, haja vista seu efetivo, capilarização pelo território nacional e capacidade operativa em variadas tarefas. Na tentativa de solucionar esse “problema militar”, muitas evoluções ocorreram no âmbito da Força Terrestre ao longo do período de preparação para os Grandes Eventos.

Com a finalidade de delimitar este estudo a uma percepção mais inerente ao contraterrorismo, optou-se por uma abordagem das capacidades operativas no nível tático, que encontra definição no manual do EB sobre Doutrina Militar de Defesa:

No nível tático, empregam-se frações de forças militares, organizadas segundo características e capacidades próprias, para conquistar objetivos operacionais ou para cumprir missões. Nesse nível, ocorrem enfrentamentos entre forças oponentes e são utilizados procedimentos padronizados e técnicas associadas ao adestramento e à liderança dos chefes militares (BRASIL, 2007, p. 26).

Sob a perspectiva tática, o Exército Brasileiro decompõe a solução de cada problema militar em uma série de tarefas a serem cumpridas.

Durante a fase de planejamento das operações, os comandantes e seus Estados-Maiores identificam todas as tarefas a cumprir, selecionam as capacidades mais adequadas para que cada tarefa seja cumprida com eficácia e iniciam o detalhamento de como cumprir a missão recebida (BRASIL, 2016c).

A especificidade da ameaça terrorista impôs à Força Terrestre brasileira a análise de tarefas peculiares, bem distintas do que se espera em um combate dito “convencional”. Novas capacidades precisaram ser desenvolvidas, exigindo flexibilidade e gerando uma adaptação na estrutura existente, o que pode apresentar uma relevante evolução para a doutrina militar terrestre.

Assim, no sentido de orientar a pesquisa e se aprofundar nessa temática, foram formuladas as seguintes questões de pesquisa: qual é a percepção dos militares quanto à conceituação de terrorismo e quais são os principais legados doutrinários no nível tático, advindos da preparação para os Grandes Eventos?

A fim de agregar conhecimentos oriundos dessa experiência nos Grandes Eventos, o presente estudo tem por objetivo geral reconhecer as mudanças táticas mais relevantes em tarefas prioritárias no combate ao terrorismo e avaliar sua aplicabilidade pela Força Terrestre em operações no curto prazo.

Outrossim, destaca-se como diferencial desta investigação a perspectiva utilizada como referência. A opção pela coleta de informações diretamente com os oficiais intermediários (capitães) teve por objetivo obter relatos dos comandantes do nível subunidade, fração com relevante atuação no nível tático. Assim, a expectativa era colher percepções de militares que tiveram que se adestrar com táticas e equipamentos modernos e atuaram diretamente nas operações.

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, a seguir relacionados, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- a. Identificar a percepção, por parte de militares atuantes no nível tático, da definição de terrorismo, bem como de possíveis cenários táticos, no curto prazo, em que a Força Terrestre possa atuar no combate ao terrorismo ou outras ameaças que exijam estrutura tática similar; e
- b. Reconhecer as evoluções táticas mais significativas nas tarefas consideradas prioritárias, ao longo do período de preparação para os Grandes Eventos e identificar algumas lições aprendidas que possam otimizar o emprego em cenários a curto prazo.

A partir dessa sistemática de objetivos, o presente estudo se justifica por promover uma pesquisa a respeito de um tema atual e importante para a preparação do Exército Brasileiro frente às novas ameaças. À medida em que houve um incremento da estrutura tática no tocante ao contraterrorismo, torna-se oportuno otimizá-las visando a operações futuras.

A tarefa de estudar o futuro não é simples. A maioria das previsões futuristas do final do século XX não foi capaz de antecipar a ascensão de atores não-estatais apoiados em fundamentalismos religiosos e culturais. Nesta era de mudanças rápidas, em que o futuro não é uma extensão linear do passado, as metodologias científicas de futurologia encontram grandes barreiras imprevisíveis e de grande impacto como o “11 de setembro de 2001”.

Evitando um maior grau de subjetividade, este estudo restringiu a projeção de cenários para um período de cinco anos, baseado em tendências observáveis e percepções de um grupo amostral composto por capitães do EB.

Nesse sentido, esta investigação pretende, ainda, abastecer os decisores militares do nível tático, de reflexões que possam antecipar necessidades inerentes às operações futuras e subsidiar decisões para se contrapor à ameaça do terrorismo. Além disso, espera-se contribuir como pressupostos teóricos para outros estudos que se proponham a abordar essa mesma temática.

## 2 Metodologia

Para colher subsídios que permitissem formular uma possível solução para o problema, o delineamento desta pesquisa contemplou leitura analítica e fichamento das fontes, entrevistas com especialistas, questionário, argumentação e discussão de resultados.

Quanto ao objetivo geral, foi empregada a modalidade exploratória, tendo em vista o pouco conhecimento disponível, notadamente escrito, acerca da temática tática versando sobre o contraterrorismo, o que exigiu uma familiarização inicial, materializada pelas entrevistas exploratórias, seguida de questionário para uma amostra com vivência profissional relevante sobre o assunto e, por fim, entrevistas específicas com alguns especialistas no alcance pretendido.

Quanto à forma de abordagem do problema, utilizou-se, principalmente, os conceitos de pesquisa qualitativa. Apesar da análise estatística do questionário, a compreensão dos legados táticos, ponto fulcral desta investigação, foi fruto da interpretação de entrevistas com especialistas que atuaram nas áreas consideradas prioritárias do contraterrorismo. Ademais, confrontando os dados coletados com referenciais teóricos presentes na literatura, extraiu-se considerações e conclusões a respeito do tema em questão.

## 2.1 Revisão de literatura

O delineamento da pesquisa iniciou-se com a definição de termos e conceitos, a fim de viabilizar a solução do problema de pesquisa, sendo baseada em uma revisão de literatura no período de set/2001 a abr/2018. Ressalta-se que, referências teóricas anteriores ao período conhecido como “Guerra ao Terror” – identificado pela política externa americana pós-11 de setembro de 2001<sup>1</sup>, restringiram-se a subsídios conceituais e análises históricas.

## 2.2 Coleta de dados

Inicialmente, e como meio para compreender a percepção dos militares quanto ao tema central do trabalho, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com alguns oficiais que atuaram no combate ao terrorismo em algum evento integrante dos “Grandes Eventos”.

A partir dessa interação, foi possível estabelecer tarefas que se destacam como prioritárias no nível tático do contraterrorismo. Assim, corroborando com a predominância dos temas explorados em monografias da EsAO, a Defesa Antiaérea (DAAe), a Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (Def QBRN) e o Emprego de Caçadores de Operações Especiais apresentam-se como áreas destacadas no combate operativo ao terrorismo.

O questionário serviu como uma ferramenta complementar para análise da percepção conceitual do terrorismo junto a um grupo específico: capitães durante o curso de aperfeiçoamento de oficiais. Esse grupo amostral é representativo para este estudo devido ao fato de constituir o momento na carreira do oficial combatente do EB em que, após alguns anos de atuação nas pequenas frações, o militar consolida suas competências profissionais sobre a doutrina no nível tático.

Diante das divergências no que tange às definições e, conseqüentemente, avaliações distintas quanto à classificação de um acontecimento como atentado terrorista, optou-se por utilizar modelo semelhante ao executado por Braizat (2005), no qual são apresentadas algumas situações, e solicitando ao respondente que as julgue, indicando se as considera como ataque terrorista.

---

1 Após os ataques ao World Trade Center, foram adotadas resoluções que ampliaram a importância do combate ao terrorismo na agenda de segurança global (SUAREZ, 2012, p. 388-389).

As situações foram definidas a partir de fatos reais e hipotéticos, adaptando-se à realidade brasileira: atuação violenta de movimentos sociais, grupos de narcotraficantes, indígenas e o massacre na Escola em Realengo. Alguns eventos internacionais também constaram das opções, para fins de comparação com o estudo de Braizat, no caso do Atentado ao World Trade Center, e para avaliar a percepção dos oficiais quanto a temas recentes, como o ataque americano à Base Aérea Síria, ciberataques e o emprego de drones e atiradores de precisão aliados à propaganda do terror.

Fares A. Braizat (2005) buscou expor as idiossincrasias políticas e a importância do contexto político para a análise do terrorismo. De maneira semelhante, esta investigação se propõe a compreender essas influências junto ao universo de oficiais intermediários do EB. Apesar do aprofundamento teórico político-estratégico superficial da amostra, ressalta-se que grande parte dos respondentes já atuou na prevenção e combate ao terrorismo, inclusive durante os Grandes Eventos. A fim de preservar a aleatoriedade entre as interpretações das situações e avaliar a possível interferência das opções anteriores no julgamento subsequente, foram elaborados 2 (dois) tipos de questionários, com a apresentação dos eventos em sequência invertida.

A segunda pergunta do questionário pretendeu, de maneira mais objetiva, identificar a percepção da amostra quanto a alguns conceitos divergentes no que tange à conceituação do terrorismo. Baseado no estudo de Schmid e Jongman (2005, p. 5), em que avaliaram a frequência de determinados termos na definição acadêmica por 109 pesquisadores, o questionamento foi formulado de maneira inversa: os respondentes deveriam julgar, dentre termos pré-definidos, quais deveriam, obrigatoriamente, constar de uma definição do fenômeno do terrorismo.

Os elementos textuais apresentados como opção foram selecionados a partir da análise de literatura científica, que reflete a diversidade de abordagens. Nesse contexto, a segunda questão solicitava que o informante não se ativesse a previsões legais ou manuais técnico-profissionais, apresentando, para julgamento, os termos a seguir: motivação política (direta ou indireta), uso de violência ou força, perpetrada apenas contra pessoas, ação premeditada, perpetrada contra o Estado, perpetrada apenas por grupos não-estatais e perpetrada apenas contra alvos não-militares.

Por fim, o terceiro item do questionário propunha uma reflexão prospectiva quanto à probabilidade de ocorrência de um ataque com características terroristas frente a cenários simulados. Tais eventos foram definidos, subjetivamente, a partir das considerações de alguns estudos utilizados como referência<sup>2</sup>, independente da percepção pessoal para classificação como terrorista, e foram descritos conforme se segue:

- a. Ataque contra a tropa que atua em Operações de Paz, sob a égide da ONU, no continente africano, em país com atuação de grupos terroristas estruturados;
- b. Ataque sistemático de grupos narcotraficantes contra tropas ou símbolos do Estado;
- c. Ataques de movimentos sociais em busca de desestabilização do poder político.

---

2 Brasil envia... (2017), Silva (2017), e Visacro (2009).

Quanto à distribuição e condução do questionário, inicialmente, foi realizado um pré-teste com cinco oficiais instrutores da EsAO. Não foram constatadas falhas que pudessem incorrer no prejuízo da investigação e, portanto, seguiram-se os demais de forma idêntica. Posteriormente, no mês de junho de 2017, foram reunidos 387 capitães no Auditório da EsAO, para os quais foram distribuídos os questionários, de maneira aleatória.

Na sequência, foram apresentados, de forma sucinta, os resultados dos trabalhos utilizados como base para o questionário: Braizat (2005) e Schmid e Jongman (2005). Essa introdução se fez necessária para ilustrar a diversidade de opiniões e gerar reflexões prévias, o que tende a evitar o automatismo simplista na resposta.

Após a apresentação dos objetivos do trabalho e da solicitação para que as respostas seguissem a sequência prevista, foi autorizada a realização do questionário. O tempo máximo para a realização foi de 16 minutos. Dos questionários distribuídos, 22 foram desconsiderados devido à ocorrência de erros de preenchimento – dupla-resposta, rasuras que prejudicavam a interpretação do dado ou não preenchimento, totalizando-se, assim, 365 respostas válidas.

A despeito da importância dos demais meios de coleta de dados, as entrevistas com especialistas consistiram na principal ferramenta que subsidiou o presente estudo. A seleção dos entrevistados teve como critério principal a combinação do grau de conhecimento técnico com o aprofundamento teórico-científico advindo de pesquisa científica a respeito da temática.

Dessa forma, foram conduzidas entrevistas estruturadas com capitães possuidores de vivência profissional no combate ao terrorismo durante os Grandes Eventos e que já tenham conduzido ou estejam conduzindo pesquisas acerca da área em questão. Nesse sentido, houve a interação com oito especialistas nas áreas de Defesa Antiaérea (RBS-70 e Gepard), Caçadores de Operações Especiais e Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear.

Embora as perguntas tenham sido previamente formuladas e padronizadas de maneira similar a todos os entrevistados, independente da especialização, o contato pessoal possibilitou a captação de opiniões particulares e relatos de experiências, o que ampliou consideravelmente o espectro da compreensão do objeto de estudo.

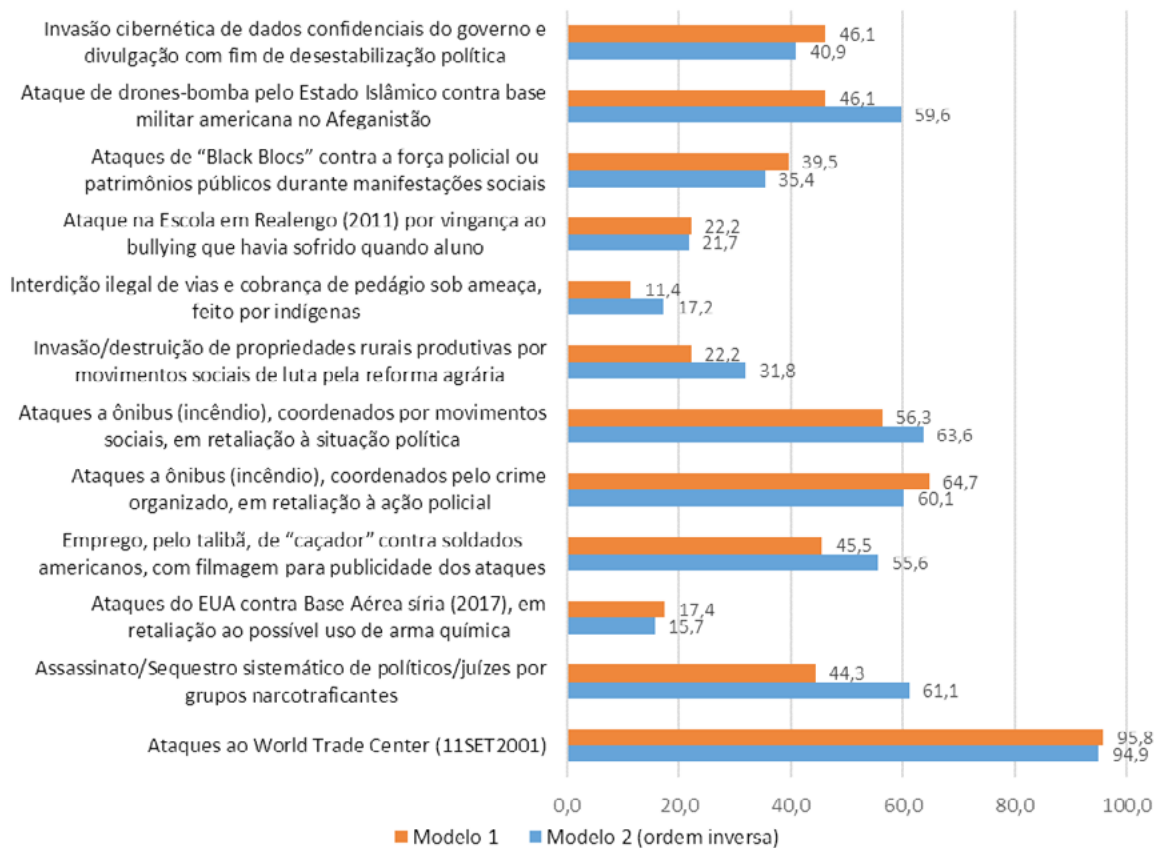
### **3 Resultados e discussão**

Nesta seção estão apresentados os resultados do questionário, devidamente tabulados e interpretados por meio de uma análise estatística descritiva e inferencial, bem como considerações advindas das entrevistas com especialistas.

#### **3.1 Percepção dos capitães acerca do terrorismo e cenários futuros**

Inicialmente, ao se solicitar à amostra a classificação de determinados eventos como terrorismo, a ordenação das situações não apresentou relevância significativa, visto que a diferença entre as respostas foi mínima quando comparado os dois modelos de questionário, sendo as opções dispostas em ordem inversa. Foram validados 167 questionários do modelo 1 e 198 unidades do modelo 2, e a distribuição das respostas, em percentual, encontra-se representada no gráfico a seguir:



**Gráfico 1 - Comparação entre as respostas dos 2 modelos de questionário (dados percentuais)**

Fonte: O autor (2018).

Assim, foi possível compilar e tabular os dados de maneira centralizada, favorecendo a interpretação de cada opção, a partir dos objetivos propostos. Os resultados estão representados na Tabela 1 e encontram-se ilustrados pelas ferramentas de frequência absoluta e percentil.

A partir das informações obtidas da amostra, observa-se uma tendência, praticamente consensual, dos oficiais intermediários do EB em considerar os ataques ao World Trade Center como ato terrorista. Essa percepção, divergente da verificada em alguns dos países do Oriente Médio, conforme estudo de Braizat (2005), pode advir de uma concepção ocidentalizada e influência da agenda de segurança internacional determinada após as resoluções de 21 de setembro de 2001.

Dentre as demais situações, não houve nenhuma outra que apresentasse tendência de classificação como terrorista com percentual superior a 65%. Dois eventos foram descritos como terrorista por um percentual entre 60 e 65% da amostra: ataques a ônibus (incêndio), coordenados pelo crime organizado, em retaliação à ação policial; e ataques a ônibus (incêndio), coordenados por movimentos sociais, em retaliação à situação política.

Examinando esses resultados, apesar de não haver consistência consensual, depreende-se que a maioria amostral não corrobora com o veto ao inciso II do parágrafo 1º do artigo 2º, da Lei Antiterror brasileira (BRASIL, 2016b), que caracterizava como terrorismo o ato de incendiar ou depredar meios de transporte ou qualquer bem público ou privado. Destaca-se que, para os ca-

pitões respondentes, há a possibilidade de caracterização do crime organizado e de movimentos sociais como agentes perpetradores de atos terroristas, além de não haver aparente distinção entre o ator executante, visto que os resultados são muito similares entre ambos.

**Tabela 1 - Percepção da amostra quanto à classificação de situações pré-definidas**

| Situações  | Terrorismo |        | Outros Tipos de Crime |        | Não deve ser enquadrado como crime |        |
|--|------------|--------|-----------------------|--------|------------------------------------|--------|
|  | fi         | % de n | fi                    | % de n | fi                                 | % de n |
| Ataques ao World Trade Center (11SET2001)  | 348        | 95,3%  | 10                    | 2,7%   | 7                                  | 1,9%   |
| Assassinato/Sequestro sistemático de políticos/juízes por grupos narcotraficantes                        | 195        | 53,4%  | 161                   | 44,1%  | 9                                  | 2,5%   |
| Ataques do EUA contra Base Aérea síria (2017), em retaliação ao possível uso de arma química             | 60         | 16,4%  | 145                   | 39,7%  | 160                                | 43,8%  |
| Emprego, pelo talibã, de “caçador” contra soldados americanos, com filmagem para publicidade dos ataques | 186        | 51,0%  | 119                   | 32,6%  | 60                                 | 16,4%  |
| Ataques a ônibus (incêndio), coordenados pelo crime organizado, em retaliação à ação policial            | 227        | 62,2%  | 136                   | 37,3%  | 2                                  | 0,5%   |
| Ataques a ônibus (incêndio), coordenados por movimentos sociais, em retaliação à situação política       | 220        | 60,3%  | 139                   | 38,1%  | 6                                  | 1,6%   |
| Invasão/destruição de propriedades rurais produtivas por movimentos sociais de luta pela reforma agrária | 100        | 27,4%  | 255                   | 69,9%  | 10                                 | 2,7%   |
| Interdição ilegal de vias e cobrança de pedágio sob ameaça, feito por indígenas                          | 53         | 14,5%  | 305                   | 83,6%  | 7                                  | 1,9%   |
| Ataque na Escola em Realengo (2011) por vingança ao bullying que havia sofrido quando aluno              | 80         | 21,9%  | 278                   | 76,2%  | 7                                  | 1,9%   |
| Ataques de “Black Blocs” contra a força policial ou patrimônios públicos durante manifestações sociais   | 136        | 37,3%  | 223                   | 61,1%  | 6                                  | 1,6%   |
| Ataque de drones-bomba pelo Estado Islâmico contra base militar americana no Afeganistão                 | 195        | 53,4%  | 110                   | 30,1%  | 60                                 | 16,4%  |
| Invasão cibernética de dados confidenciais do governo e divulgação com fim de desestabilização política  | 158        | 43,3%  | 203                   | 55,6%  | 4                                  | 1,1%   |

Fonte: O autor (2018).

Entre 50 e 60% da amostra entende que três das situações apresentadas devem ser consideradas como terrorismo: assassinato/sequestro sistemático de políticos/juízes por grupos narcotraficantes; ataque de drones-bomba pelo Estado Islâmico contra base militar americana no Afeganistão e emprego, pelo talibã, de “caçador” contra soldados americanos, com filmagem para publicidade dos ataques.

O primeiro desses indica que, na opinião da amostra, não há uma relação automática entre terrorismo e política, fato que diverge do observado como majoritário entre os 109 acadêmicos investigados por Schmid e Jongman (2005, p. 5-6). Também não ficou clarificada a possibilidade

de existência do narcoterrorismo como ator da violência. Sem dúvidas, pode ter havido influência entre essas duas associações, o que indica a necessidade de novos estudos que possam avaliar essas variáveis de maneira independente.

O ataque de drones-bomba pelo Estado Islâmico contra base militar americana no Afeganistão e o emprego, pelo talibã, de “caçador” contra soldados americanos, com filmagem para publicidade dos ataques foram classificados como terrorismo por 53,4% e 51,0% da amostra, respectivamente. Além de não se constituir uma opinião nitidamente majoritária, nesses eventos destacou-se um efetivo amostral, relativamente significativo – quando comparado às outras situações – que não os tipificaria como crimes. Essa visão pode ser advinda do entendimento de que o talibã e o Estado Islâmico são contendores de uma guerra contra os EUA.

Nesses atos, o resultado também não foi conclusivo para o debate quanto à possibilidade de haver terrorismo contra alvos militares ou à análise do emprego de meios modernos, como drones, em ataques.

O ciberataque, mesmo com fins políticos, apresentou baixa tendência de descrição como terrorismo, visto que apenas 43,3% da amostra o classificou dessa forma. Avaliando um dos itens da questão subsequente, que investigou elementos textuais para a conceituação do fenômeno, percebe-se que 69,9% dos capitães respondentes entende como obrigatório o uso da violência/força. Desse modo, essa percepção pode ter influência na descaracterização do ciberterrorismo.

Com 37,3% da amostra apontando ataques de “Black Blocs” contra a força policial ou patrimônios públicos durante manifestações sociais como atos terroristas, depreende-se que esse tipo de emprego de força, mais sistemático, premeditado e violento, por grupos participantes de resistência social, não deve ser compreendido como terrorismo.

Essa opinião pode estar relacionada ao alvo dos ataques, forças militares pré-posicionadas, e com emprego específico para este tipo de ação, ou seja, não há a caracterização do efeito “surpresa”. Ressalta-se que, com o incremento da violência por alguns grupos, a desproporcionalidade do ataque pode gerar esse efeito, visto que a tropa é disposta, nesses eventos, para controle de distúrbios de baixa intensidade.

A invasão/destruição de propriedades rurais produtivas por movimentos sociais de luta pela reforma agrária foi descrita como terrorismo por 27,4% dos entrevistados. Apesar do baixo percentual, ainda se observa parcela relevante dos capitães que associa algumas táticas mais violentas empregadas por grupos com ideologia ligada às lutas pela reforma agrária.

O massacre ocorrido na Escola em Realengo-RJ foi definido como ato terrorista por 21,9% do grupo amostral. Esse evento, de grande repercussão nacional, apesar de possuir grande similaridade com eventos ocorridos nos Estados Unidos classificados como terrorismo pela mídia, apresentou baixa tendência de integrar o rol de atentados terroristas. A motivação aparenta ser um dos fundamentos dessa percepção da amostra, visto que o indivíduo perpetrador, apesar de premeditar a ação, não possuía vinculação direta com qualquer grupo autoproclamado como terrorista.

Por fim, a interdição ilegal de vias e cobrança de pedágio sob ameaça, feito por indígenas obteve a definição como terrorista por 14,5% da amostra, consistindo na situação, dentre as apresentadas no questionário, com menor percentual nesse sentido. Pode-se inferir que ausência de violência premeditada, conforme o próximo item avaliou como essencial para a caracterização do fenômeno, pode ter contribuído para esse entendimento dos respondentes.

Na questão subsequente do questionário, a avaliação objetiva sobre os pressupostos considerados obrigatórios em uma caracterização de um ataque terrorista obteve os resultados descritos na tabela a seguir:

**Tabela 2 - Opinião da amostra quanto aos pressupostos obrigatórios para caracterização de um ataque terrorista**

| Pressupostos                                 | Frequência (fi) | %de n |
|--|-----------------|-------|
| Motivação política (direta ou indireta)      | 177             | 48,5% |
| Uso de Violência/força                       | 253             | 69,3% |
| Perpetrada apenas contra pessoas             | 38              | 10,4% |
| Finalidade midiática/publicitária            | 191             | 52,3% |
| Ação Premeditada                             | 228             | 62,5% |
| Perpetrada contra o Estado                   | 54              | 14,8% |
| Perpetrada apenas por grupos não-estatais    | 52              | 14,2% |
| Perpetrado apenas contra alvos não-militares | 75              | 20,5% |

Fonte: O autor (2018).

A partir dos resultados obtidos, depreende-se que a opinião da amostra é menos determinante, quanto à associação da motivação política para a conceituação do terrorismo, quando comparada com a percepção dos 109 pesquisadores avaliados no estudo de Schmid e Jongman (2005, p. 5-6). Enquanto no estudo referenciado os termos violência/força foram encontrados em 83,5% das definições dos acadêmicos, no presente estudo 69,3% dos respondentes apresentou esse entendimento.

Além da violência/força, que obteve a maior indicação percentual, a ação premeditada e a finalidade midiática/publicitária foram os outros elementos textuais descritos, pela maioria amostral, como obrigatórios para a caracterização do fenômeno estudado.

A motivação política, que no estudo de Schmid e Jongman (2005, p. 5-6) apresentou uma frequência de 65,0% nas conceituações dos acadêmicos, alcançou o percentual de 48,5% da opinião dos capitães entrevistados neste estudo. Esse fato, confrontado com as observações sensoriais percebidas durante as entrevistas, indica uma associação automatizada do terrorismo com a “onda” religiosa (RAPOPORT, 2002), grande enfoque da mídia na atualidade.

Os demais pressupostos obtiveram aceitação de baixa relevância para a definição em voga, indicando a possibilidade de ser considerado terrorismo: ataques contra alvos militares, perpetrados pelo Estado, perpetrados contra outros alvos distintos ao Estado ou pessoas.

Neste sentido, pode-se inferir, de forma sintética e meramente ilustrativa que, para os oficiais intermediários, o terrorismo pode ser descrito como uma ação violenta, com emprego de força premeditada, com finalidade midiática/publicitária e com tendência a possuir motivação política, não havendo distinção do alvo, quanto a pessoas, patrimônios ou símbolos, bem como sem limitação do agente perpetrador, não diferindo se executado pelo Estado ou grupos não-estatais.

No último item do questionário, a análise de probabilidade de ataques de cunho terrorista foi avaliada a partir de alguns cenários pré-determinados. Ressalta-se que a recomendação inicial, durante a condução do instrumento, solicitou que a amostra obedecesse a sequência das

perguntas. Isso teve a finalidade de evitar que essa última pergunta pudesse influenciar nas anteriores. Este item obteve a percepção descrita na Tabela 3.

**Tabela 3 - Percepção da amostra quanto à probabilidade de ocorrência de um ataque terrorista a partir de cenários simulados**

| Cenários   | Improvável              |      | Pouco Provável |       | Provável |       | Muito Provável |       |
|--|-------------------------|------|----------------|-------|----------|-------|----------------|-------|
|  | Frequência (fi) / %de n |      |                |       |          |       |                |       |
| Ataque contra a tropa que atua em Operações de Paz, sob a égide da ONU, no continente africano, em país com atuação de grupos terroristas estruturados | 17                      | 4,7% | 134            | 36,7% | 167      | 45,8% | 47             | 12,9% |
| Ataque sistemático de grupos narcotraficantes contra tropas ou símbolos do Estado  | 24                      | 6,6% | 106            | 29,0% | 161      | 44,1% | 74             | 20,3% |
| Ataques de movimentos sociais em busca de desestabilização do poder político   | 14                      | 3,8% | 57             | 15,6% | 164      | 44,9% | 130            | 35,6% |

Fonte: O autor (2018).

Desses dados, infere-se que, na percepção da amostra, a maioria considera como provável ou muito provável um ataque terrorista nas 3 situações apresentadas. Ressalta-se que, dentre essas, os “ataques de movimentos sociais em busca de desestabilização do poder político” apresentou a maior probabilidade de ocorrência. Explicação para tal resultado pode advir do histórico similar ocorrido nos anos 1960 e 1970 na América do Sul (SUAREZ, 2012, p. 384), bem como pela particularidade da situação política vivida pelo Brasil na última década – marcado pela sucessão de crises política seguidas de escalada de protestos sociais.

### 3.2 Legados táticos nas tarefas prioritárias

Dentre as tarefas desenvolvidas na preparação para as operações de contraterrorismo nos Grandes Eventos, a Defesa Antiaérea, a Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DefQBRN) e o emprego de Caçadores de Operações Especiais se destacam pela especificidade das atividades.

Frente aos recentes ataques terroristas, essas três tarefas têm apresentado grande evolução tática e de materiais de emprego militar. Fruto dessa relevância, observa-se um volume crescente de pesquisas sobre essas temáticas na EsAO, além da aquisição de equipamentos e realização de intercâmbios inerentes às tarefas.

As entrevistas com especialistas foram elaboradas de modo estruturado, a partir de perguntas-base similares para todos. Destaca-se que a análise das áreas teve como enfoque o Planejamento Baseado em Capacidades, fundamento atualmente adotado pelo EB para se opor a um cenário de incertezas.

Capacidade é entendida como a aptidão de uma força para cumprir determinada missão ou tarefa e são adquiridas através de fatores determinantes que, juntos, formam o acrônimo DOA-MEPI (Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação e Infraestrutura):

[...] a) Doutrina – este fator é base para os demais, estando materializado nos produtos doutrinários. Por exemplo, a geração de capacidades de uma Unidade inicia-se com a formulação de sua Base Doutrinária, que considera a gama de missões, atividades e tarefas que essa Unidade irá cumprir.

b) Organização (e Processos) – é expressa por intermédio da Estrutura Organizacional dos elementos de emprego da F Ter. Algumas capacidades são obtidas por processos, com vistas a evitar competências redundantes, quando essas já tenham sido contempladas em outras estruturas.

c) Adestramento – compreende as atividades de preparo obedecendo a programas e ciclos específicos, incluindo a utilização de simulação em todas as suas modalidades: virtual, construtiva e viva.

d) Material – compreende todos os materiais e sistemas para uso na F Ter, acompanhando a evolução de tecnologias de emprego militar e com base na prospecção tecnológica. É expresso pelo Quadro de Distribuição de Material dos elementos de emprego e inclui as necessidades decorrentes da permanência e sustentação das funcionalidades desses materiais e sistemas, durante todo o seu ciclo de vida (permanência no inventário da F Ter).

e) Educação – compreende todas as atividades continuadas de capacitação e habilitação, formais e não formais destinadas ao desenvolvimento do integrante da F Ter quanto à sua competência individual requerida. Essa competência deve ser entendida como a capacidade de mobilizar, ao mesmo tempo e de maneira inter-relacionada, conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências, para decidir e atuar em situações diversas. Dentre essas competências, ressalta-se o desenvolvimento da Liderança Militar, fator fundamental na geração das capacidades.

f) Pessoal – abrange todas as atividades relacionadas aos integrantes da força, nas funcionalidades: plano de carreira, movimentação, dotação e preenchimento de cargos, serviço militar, higidez física, avaliação, valorização profissional e moral. É uma abordagem sistêmica voltada para a geração de capacidades, que considera todas as ações relacionadas com o planejamento, a organização, a direção, o controle e a coordenação das competências necessárias à dimensão humana da Força.

g) Infraestrutura – engloba todos os elementos estruturais (instalações físicas, equipamentos e serviços necessários) que dão suporte à utilização e ao preparo dos elementos de emprego, de acordo com a especificidade de cada um e o atendimento a requisitos de exercício funcional (BRASIL, 2014, p.3-3).

Dessa forma, foi solicitado ao entrevistado que sintetizasse, a partir dos fatores determinantes, quais evoluções táticas se destacaram ao longo do período de preparação para os Grandes Eventos. Além disso, os entrevistados deveriam identificar necessidades de adaptação para empre-

go das tarefas em cenários prospectivos de contraterrorismo. Para facilitar a compreensão e organização das ideias, foi realizada a subdivisão por assuntos conforme se segue.

### 3.2.1 Defesa Antiaérea

A atividade de defesa antiaérea tornou-se imprescindível frente às novas ameaças, tendo os Atentados de 11 de setembro de 2001 um papel indiscutível nessa relevância. Assim, a magnitude inerente aos Grandes Eventos sediados no Brasil exigiu um incremento das capacidades nessa área.

O aparato destinado ao próprio evento, bem como outros pontos sensíveis –hotéis, estações de tratamento de água, subestações de energia, torres de transmissão de TV, vias expressas entre outros – tendem a se tornar atrativos para a exploração midiática por parte do terror. Somado a isso, o acréscimo de ações violentas com o emprego de drones e aeronaves de pequeno porte motivaram uma evolução da defesa contra vetores aéreos.

Nesse sentido, o Exército Brasileiro, por intermédio do Projeto Estratégico Defesa Antiaérea, adquiriu novos produtos, notadamente os mísseis Mk2 do Sistema de Armas RBS 70, de origem sueca, e Gepard 1A2, de fabricação alemã. A respeito da organização, a 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea, responsável pela coordenação, empregou seus Grupos de Artilharia Antiaérea subordinados, além de Baterias de Artilharia Antiaéreas orgânicas das Brigadas de Cavalaria e Infantaria do EB (PIRES, 2017).

Além desses dois Sistemas de Armas, as tropas do EB já eram dotadas do míssil IGLA-S e, quanto a esse armamento, um especialista destaca que o período de preparação para os Grandes Eventos foi de fundamental importância para o adestramento e aprimoramento da doutrina. Esses objetivos foram alcançados, segundo o entrevistado, graças à execução de diversos exercícios, com desdobramentos e execuções de tiro, proporcionados pela prioridade atribuída à essa temática.

Quanto ao emprego combinado dos sistemas RBS 70 e Gepard 1A2, por ocasião dos Jogos Olímpicos, Pires (2017) conclui sobre a grande influência da proximidade de áreas urbanas no posicionamento dos sistemas de armas, bem como uma subsequente redução dos setores de tiro. A dificuldade de áreas disponíveis para o desdobramento levou ao posicionamento das armas em elevações do terreno na área da Vila Militar, diferentemente do ocorrido por ocasião das Olimpíadas de Londres e na Copa do Mundo FIFA 2014, quando os sistemas foram dispostos no alto de edifícios residenciais.

Ainda segundo estudo de Pires (2017), recomenda-se o emprego integrado dos Sistemas Gepard 1A2 e RBS 70, em duas linhas de defesa, demarcadas por círculos concêntricos, sendo o primeiro melhor utilizado nas proximidades dos pontos a serem defendidos, devido à sua elevada cadência de tiro, enquanto o segundo pode ter seu emprego otimizado posicionado nas “periferias”, assegurando o engajamento da ameaça desde o mais longe possível.

Dentre as considerações dos entrevistados, ressalta de importância a avaliação como “inexistente”, atualmente, de uma estrutura de Defesa Antiaérea para enfrentar ataques terroristas contra tropas em Operações de Manutenção de Paz sob a égide da ONU. Um dos especialistas destaca, sobre esse aspecto, a necessidade de estudos e de emprego efetivo de ferramentas que façam frente às ameaças assimétricas, típicas do terrorismo, como pequenos drones com explosivos.

Corroborando com essa necessidade de evolução, alguns especialistas sugerem a adoção de módulos de Defesa Antiaérea específico para Operações de Paz e Operações de Garantia da Lei

e da Ordem. Entretanto, outro especialista entende que a Defesa Antiaérea deve ser dimensionada pela ameaça aérea e não pelo tipo de operação, tendo em vista a gama de possibilidades, que podem variar de drones a foguetes, como os empregados pelo Hezbollah.

Os entrevistados reiteram ainda que a atuação deve ser sistêmica, com a integração dos meios para comunicações, controle e alerta e o sistema de armas e logística. A falha ou ausência de qualquer deles implica no colapso de todo o sistema de defesa.

### 3.2.2 Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (Def QBRN)

A relevância da Def QBRN foi destacada por estudo de Aghlani e Unal (2016, p. 3), o qual quantificou os ataques ocorridos no período de 1970 a 2014, chegando ao total de 143 episódios, sendo 35 biológicos, 95 químicos e 13 radiológicos.

Desde que assumiu uma estrutura autônoma, em 1987 – no contexto do emprego de 70 militares no acidente com césio 137 em Goiânia, a Def QBRN do EB evoluiu vertiginosamente. Exercícios nas usinas nucleares de Angra I e II, intercâmbios internacionais, além de monitoramento e descontaminação preventiva do material e das tropas que cumpriam missões de paz no Haiti passaram a fazer parte da rotina da subunidade encarregada pela Def QBRN (VASCONCELOS, 2018, p. 43-44).

Alinhado ao desenvolvimento de competências, à evolução tecnológica e, sem dúvidas, influenciado pelo preparo para os Grandes Eventos, o Exército Brasileiro adquiriu uma série de materiais de emprego militar de última geração, como equipamentos de proteção (máscaras contra gases e roupas protetoras), de identificação de agentes (detectores convencionais e eletrônicos) e de descontaminação (*shelters* para descontaminação e aplicadores de descontaminantes), além de viaturas especializadas em DQBRN e laboratórios móveis para análise de agentes coletados em campo (DIRETORIA..., 2015).

Fruto da evolução doutrinária e capacitação de pessoal, o EB era, em 2015, a única Força Armada da América Latina com certificação pela Organização Internacional para Proibição de Armas Químicas (DIRETORIA, 2015). Para os Jogos Olímpicos 2016, as Forças Armadas brasileiras, em conjunto com outros órgãos de segurança pública, destacaram um efetivo de aproximadamente 1.200 militares para atuação nessa área (SEMINÁRIO..., 2015).

Segundo o especialista entrevistado, a atualização doutrinária, por meio do emprego com características do FAMES - flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade (GUIMARÃES; SILVA, 2015), tanto pelo pessoal especializado de combate como de apoio, permitiu a adoção de protocolos táticos entre diferentes vetores interagências.

O especialista entrevistado indicou que o intercâmbio de conhecimentos e adoção de procedimentos com outras agências nacionais foi essencial para a evolução da capacidade de Def QBRN, principalmente no que tange à capacitação do pessoal. Essa característica é crucial para o aproveitamento, pelas frações táticas, das possibilidades dos novos produtos de defesa, dotados de agregados tecnológicos cada vez mais efetivos.

Outro ponto de destaque ao longo do processo de transformação acrescentado foi a melhoria no Sistema de Comando e Controle QBRN, garantindo uma melhor consciência situacional das equipes em atuação no terreno, bem como a coordenação das ações. O coronel Vasconcelos (2018, p. 45-51) destaca a importância da implementação do curso de comando e controle, destinado a otimizar o assessoramento estratégico dos Grandes Comandos apoiados. Ainda nesse inte-



rim, a utilização de sistema de monitoramento gerenciado pelo Centro Tecnológico do Exército favoreceu a consciência situacional por parte do Centro de Coordenação das Operações.

A capacitação prévia dos módulos de saúde nas especificidades de um ataque QBRN também merece destaque. Integrando equipes de pronta-resposta, os agentes de saúde contribuíam para planejar, instalar e operar os postos de triagem. Estavam, portanto, aptos a realizar atendimento médico de urgência às vítimas expostas, atuando nos postos de descontaminação total (VASCONCELOS, 2018, p. 49-51).

Cabe ainda destacar as lições aprendidas e legados dos Grandes Eventos apresentados pelo atual comandante do 1º Batalhão de Def QBRN:

- a existência de um coordenador único para as ações foi fundamental para o êxito da missão;
- a capacitação do pessoal deve começar o mais cedo possível e ser repetida tantas vezes quanto possível;
- o reconhecimento detalhado das instalações deve ser feito o quanto antes e repetido nas duas semanas que antecedem o evento, com a finalidade de alinhar procedimentos às possíveis modificações estruturais realizadas pelo comitê organizador;
- os protocolos de DQBRN devem ser estabelecidos com a devida antecedência, de modo a possibilitar sua divulgação e o treinamento entre as agências, tendo em vista as peculiaridades das ações; e
- a mobilidade estratégica é fundamental para o emprego das frações de DQBRN (VASCONCELOS, 2018, p. 51).

Quando questionado sobre a eficiência da estrutura atual do EB frente a possíveis ameaças, o especialista considerou totalmente eficiente para situações similares aos Grandes Eventos e parcialmente eficiente para enfrentar ataques terroristas de “lobos solitários” em atividades do cotidiano da população. Entretanto, o entrevistado acredita que há deficiências no combate a ataques QBRN perpetrados contra tropas em Operações de Manutenção de Paz sob a égide da ONU, em comunidades dominadas pelo crime organizado no território nacional ou mesmo em manifestações sociais de grande porte.

Finalizando a formulação de perguntas, ao ser indagado acerca das adequações e evoluções para fazer frente às futuras ameaças, o entrevistado apresentou duas sugestões:

- a. Estabelecimento de uma equipe especializada dentro do Sistema Def QBRN no âmbito do EB, aos moldes da OTAN - Equipe SIBCRA, voltada para tarefas complexas e com capacidade forense;
- b. Expansão da capacitação para as tropas orgânicas dos níveis Unidade e Grande Unidade, para que possam sobreviver, operar e realizar atividades de Def QBRN nas suas respectivas áreas de responsabilidade, distinguindo níveis básico, intermediário e avançado de atuação. Da mesma maneira, deve haver equipes, especializadas nesses níveis, compondo as Missões de Paz a que o país estiver envolvido com envio de tropa.

### 3.2.3 Caçadores de Operações Especiais

Devido à sua natureza difusa, a prevenção e o combate ao terrorismo exigem o emprego de tropas especializadas para atuação em ambientes sensíveis e hostis. Assim, militares capacitados em Operações Especiais constituem ferramenta importante nesse processo. No âmbito da Força Terrestre, as Operações Especiais são definidas como:

Operações conduzidas por forças militares especialmente organizadas, treinadas e equipadas, em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis, visando a atingir objetivos militares, políticos, informacionais e/ou econômicos, empregando capacitações militares específicas não encontradas nas forças convencionais. Essas operações frequentemente requerem capacitações cobertas, sigilosas ou de baixa visibilidade. Podem ser conduzidas independentemente ou em conjunto com operações de forças convencionais e/ou de outras agências governamentais, podendo, ainda, contar com a atuação de forças irregulares nativas, bem como de FOpEsp de nações aliadas (BRASIL, 2017, p. 1-2).

No Brasil, o Comando de Operações Especiais constitui a Grande Unidade responsável por conduzir as Operações Especiais. A sua estrutura organizacional contempla, entre suas frações básicas de emprego, as Equipes de Caçadores. No contexto da Prevenção e Combate ao Terrorismo, as equipes de caçadores são vocacionadas para a execução do tiro de comprometimento e atualização da consciência situacional. Além do engajamento de alvos a longa distância com precisão, a “doutrina do caçador” permite ao conjunto homem-material as capacidades de infiltrar, selecionar alvos, ajustar-se às condições encontradas, dentro da resposta esperada.

Sobre esta temática, foram entrevistados dois especialistas que atuaram em diversos eventos, além de já terem exercido a função de instrutor do “sistema de caçador”. Um dos entrevistados destacou, dentre as principais evoluções no que tange à capacitação de pessoal na preparação visando aos Grandes Eventos, o nivelamento interno entre o pessoal do Exército e Marinha em 2012, e o adestramento interagências, incluindo diversos policiais federais e de diferentes estados, ocorrido em 2013. O militar destacou também a aquisição de novos produtos, como o Fuzil multicalibre MSR (.300, .308 e .3380) e optrônicos, o que, em sua visão, proporcionaram um ganho operacional para as técnicas, táticas e procedimentos nessa capacidade.

Ainda sobre as principais evoluções, outro especialista ressaltou a alteração na composição da equipe que, tradicionalmente, atuava com dois elementos- o Caçador, responsável pela realização do tiro de precisão e o Observador, militar mais experiente, responsável pelo auxílio direto ao atirador – passando a atuar com quatro militares, sendo incorporados um Auxiliar de Comunicações, responsável pela transmissão de dados e por operar os diversos meios de comunicação orgânicos da equipe e outro de Saúde, responsável pela segurança da posição e por prestar os primeiros socorros aos integrantes da equipe, caso seja necessário. Nos Grandes Eventos, devido à existência de equipes dispersas em um mesmo evento, foi empregado um militar na função de Controlador, cujas principais tarefas eram coordenar as equipes e intermediar o contato destas com o escalão superior.

O emprego de caçadores de operações especiais também propiciou uma melhor consciência situacional por parte do escalão superior. A transmissão de imagens e dados em tempo real,

por intermédio de um moderno e seguro canal de comunicação, otimiza o processo de identificação positiva de ameaças pelo Gabinete de Crise, assim como favorece a tomada de decisões mais efetivas.

Ambos os entrevistados consideram a atual estrutura da “doutrina de Caçador de Operações Especiais” do EB parcialmente eficiente para atuar em operações similares aos Grandes Eventos e em apoio às tropas no caso de ameaças terroristas durante a participação em Missões de Paz. A fim de ampliar a efetividade, os especialistas sugerem o emprego de drones que possam transmitir imagens de alta definição diretamente para a equipe de caçadores, com o intuito de permitir a identificação correta de alvos e suporte durante as ações.

Por fim, um dos especialistas enfatiza a capacitação do pessoal, por intermédio da regulamentação das instruções e da criação de um centro de instrução específico, no qual poderia haver preparação e diferenciação dos diversos tipos de caçadores, dependendo do tipo de missão a que se destinam.

#### **4 Considerações finais**

Quanto às questões de estudo e objetivos propostos no início deste trabalho, conclui-se que a presente investigação ampliou a compreensão sobre a opinião dos oficiais combatentes do nível tático acerca do fenômeno do terrorismo, bem como investigando percepções de especialistas sobre áreas consideradas relevantes no contraterrorismo.

Inicialmente, a revisão de literatura destacou a dificuldade de padronizar uma definição global para o terrorismo, fruto de interpretações politizadas e dependentes do contexto sociocultural. Não obstante, há um consenso internacional sobre o repúdio ao fenômeno, e isso vem resultando na mudança da agenda de segurança de diversos Estados, inclusive o Brasil que, no início deste século, atraiu olhares de todo o mundo, sediando os maiores eventos do mundo.

Apesar das discussões disseminadas por toda a sociedade e até mesmo a promulgação da Lei Antiterrorismo (BRASIL, 2016a), a compilação dos dados obtidos pelo questionário apresentou uma divergência conceitual mesmo em um grupo homogêneo, formado por oficiais intermédios da Força Terrestre.

O julgamento de situações pré-definidas, por essa mesma amostra, apontou que apenas o Atentado ao World Trade Center possui uma clara classificação como terrorismo. Dentre as demais, os ataques (incêndio) a ônibus, perpetrados por movimentos sociais ou pelo crime organizado, foram incluídos nesse fenômeno pela maioria dos respondentes. Ações executadas por grupos não-estatais, como “Estado Islâmico” e “Talibã” contra forças norte-americanas, independente do meio empregado, também obtiveram percepção semelhante, embora parcela relevante tenha julgado esses eventos como “não-crime”, provavelmente por entender que se trata de conflito entre contendores em guerra.

Interpretando e sintetizando a opinião dos capitães respondentes, o terrorismo pode ser descrito como uma ação violenta, com emprego de força premeditada, com finalidade midiática/publicitária e com tendência a possuir motivação política, não havendo distinção do alvo, quanto a pessoas, patrimônios ou símbolos, bem como sem limitação do agente perpetrador, indiferindo se executado pelo Estado ou grupos não-estatais.

Quanto à projeção de cenários, parcela significativa da amostra entende como provável a ocorrência de atentados de cunho terrorista contra tropa brasileira no caso da participação em

missões em países com atuação de grupos terroristas. No território nacional, a opinião também indica um provável ato coordenado pelo crime organizado ou advindos de movimentos sociais. Estes últimos apresentaram um entendimento percentualmente superior aos demais, possivelmente influenciados pelo panorama político conturbado.

Participando ativamente de diversas fases do combate ao terror ao longo dos Grandes Eventos, a Força Terrestre apresentou evolução marcante, principalmente no nível tático. Algumas capacidades do EB possuem destacada participação no contraterrorismo – defesa antiaérea, defesa química, biológica, radiológica e nuclear, caçadores de operações especiais e proteção cibernética. Esta última, devido ao seu caráter iminentemente estratégico-político, não foi objeto deste estudo.

Avaliando, por meio de entrevistas com especialistas, as evoluções vivenciadas ao longo do período de preparação para os Grandes Eventos, bem como a percepção de necessidades para enfrentar futuros desafios, este estudo conclui sobre a relevância do intercâmbio de conhecimentos com outras agências e forças estrangeiras na capacitação do pessoal e mesmo na adequação de técnicas.

A aquisição de novos produtos de defesa, sem dúvidas, revolucionou a tática brasileira, mas a especialização de militares e a reformulação organizacional tiveram papel preponderante na efetividade tática. A modularidade tende a ser uma solução interessante na composição de tropas para atuarem frente às novas ameaças, seja no âmbito da Segurança Interna, ou sob a égide da ONU. Assim, sistemas que facilitem a interoperabilidade devem ser prioridade.

Os drones são considerados como uma ferramenta a ser explorada para futuras evoluções no nível tático. Seja para incrementar a capacidade de observação ou mesmo como projeção de força por um sistema de armas, os sistemas aéreos remotamente pilotados tendem a se constituir um diferencial no poder relativo de combate frente às ameaças terroristas. Nesse sentido, recomenda-se um aprofundamento de estudos nessa temática, particularmente integrando engenheiros e combatentes do nível tático, a fim de subsidiar projetos relevantes para o combate ao terror.

Por fim, o presente artigo destaca, ao escalão decisório do EB, um *feedback* quanto aos investimentos realizados em tarefas prioritárias durante os Grandes Eventos. Sob a perspectiva dos comandantes do nível tático, a integração de sistemas, impulsionada com a aquisição dos mísseis Mk2, e os exercícios em terrenos distintos, como a Vila Militar e o Maracanã, contribuíram para uma evolução tática da Defesa Antiaérea. No que tange à Def QBRN, os capitães ressaltam a incorporação de protocolos e os ganhos de *expertise* com a atuação interagências. Para os caçadores de operações especiais, a intensificação dos treinamentos e os intercâmbios propiciaram experiências extremamente úteis para a evolução tática ao longo dessa década de eventos.

Conclui-se, portanto, a relevância dos Grandes Eventos na evolução doutrinária do Exército Brasileiro e, apesar de mudanças necessárias para enfrentar novas ameaças terroristas, em território nacional ou projetando força sob a égide de organismos internacionais, a Força Terrestre encontra-se em estágio avançado de preparação quanto aos fatores determinantes da capacidade de contraterrorismo.

## Referências

AGHLANI, S.; UNAL, B. **Use of chemical, biological, radiological and nuclear weapons by non-state actors: emerging trend sandrisk factors**. London: Lloyd's, 2016.

AMARAL, A. B. A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror: dinâmicas de constituição da ameaça terrorista no Cone Sul. **Carta Internacional**, Belo Horizonte,v. 2, n. 2, p. 41-51, out. 2007.

BRAIZAT, F. A. Whatcounts as terrorism? The view on the Arab Street. **Open Democracy**, London, 6 Jan. 2005. Disponível em: [https://www.opendemocracy.net/en/article\\_2298jsp/](https://www.opendemocracy.net/en/article_2298jsp/). Acesso em:23 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016**. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista. Brasília, DF: Presidência da República, 17 mar. 2016a. Disponível em: <https://bit.ly/2G1LdRI>. Acesso em: 13 maio 2017.

BRASIL. **Mensagem nº 85, de 16 de março de 2016**.Brasília, DF: Presidência da República, 17 mar. 2016b. Disponível em: <https://bit.ly/2IdOFKA>. Acesso em: 13 maio 2017.

BRASIL. Exército. **Manual de campanha**: lista de tarefas funcionais. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2016c. EB70-MC-10.341.

BRASIL. Exército. **Manual de campanha**: operações especiais. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2017.EB70-MC-10.212.

BRASIL. Exército. **Manual de fundamentos**: doutrina militar terrestre. Brasília, DF, 2014. EB20-MF-10.102.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina militar de defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2007.MD51-M-04.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia nacional de defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operações interagências**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012c. MD33-M-12.

BRASIL ENVIA últimos soldados ao Haiti e encerra missão com saldo positivo. **Terra**, São Paulo, 31 maio 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2FVvGBy>. Acesso em: 8 jun. 2017.

BUZAN, B. Will the “Global War on Terrorism” be the New Cold War? **International Affairs**, London, v. 82, n. 6, p. 1.101-1.118, nov. 2006.

CRENSHAW, M. Terrorism research: the record. **International Interactions**, Philadelphia, v. 40, n. 4, p. 556-567, 2014.

DIRETORIA de material. **Revista Verde-Oliva**, Brasília, DF, ano XLII, n. 228, p. 23, jul. 2015.

FOREST, J. J. F. (Ed.). **Essentials of counterterrorism**. Santa Barbara: Praeger, 2015. (Praeger Security International Textbook).

GUIMARÃES, H. F. R. F.; SILVA, A. L. B. **Flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade na estrutura de defesa química, biológica, radiológica e nuclear**: propostas para potencializar o poder de combate da Força Terrestre. 2015. Artigo Científico (Especialização em Comando e Controle DQBRN) – Escola de Instrução Especializada, Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE. **Global Terrorism Index 2016**: measuring and understanding the impact of terrorism. New York: Institute for Economics and Peace, 2017.

LASMAR, J. M. A legislação brasileira de combate e prevenção do terrorismo quatorze anos após o 11 de Setembro: limites, falhas e reflexões para o futuro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 53, p. 47-70, mar. 2015.

PINHEIRO, Á. S. A prevenção e o combate ao terrorismo no século XXI. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, n. 23, nov. 2011.

PIRES, P. R. S. **O emprego combinado dos sistemas telecomandados RBS 70 e Gepard1A2 na defesa antiaérea de pontos sensíveis nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Operações Militares) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2017.

RAPOPORT, D. The four waves of Rebel Terror and September 11. **Anthropoetics**, Los Angeles, v. 8, n. 1, spring-summer 2002.

SCHMID, A.; JONGMAN, A. **Political Terrorism**: a new guide to actors, authors, concepts, databases, theories and literature. Amsterdam: Transactions, 2005.

SEMINÁRIO de defesa química e nuclear define ações para os Jogos de 2016. **Ministério da Defesa**, Brasília, DF, 13 nov. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2UlqvF0>. Acesso em: 7 jun. 2017.

SILVA, C. A. P. Negros horizontes para o Brasil: a violência das atividades de guerra híbrida na luta pelo poder. **Defesanet**, [S.L.], 10 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2G29tTA>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SUAREZ, M. A. G. Terrorismo e política internacional: uma aproximação à **América do Sul**. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 34, n. 2, p. 363-396, jul.-dez. 2012.

VASCONCELOS, A. M. C. As operações de defesa química, biológica, radiológica e nuclear nos grandes eventos. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, [S.L.], v. 1, n. 16, p. 42-51, out.-dez. 2018.

VISACRO, A. **Guerra irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

